



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Diretoria de Gestão da Qualidade e Monitoramento Ambiental - DGQA  
Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas - GESAD



OF.GESAD.DGQA.FEAM.SISEMA nº 478/2016

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2016.

Referência: Solicitação - Relatório Circunstanciado de Paralisação da Atividade Minerária

Processo Técnico: 22103/2005

DNPM: 830330/2002

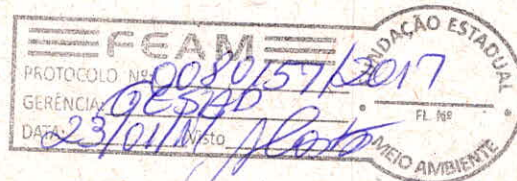
A Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, por meio da Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas – GESAD, durante os anos de 2012 e 2015, realizou diversas vistorias em minerações inativas (paralisadas e abandonadas) no Estado, sendo um dos parceiros deste Projeto a Polícia Militar Ambiental de Minas Gerais – PMMG.

No dia 27/03/2015, a PMMAMB realizou vistoria na fazenda São Sebastião, Raul Soares, sendo lavrado o Boletim de Ocorrência - BO 4145641/2015 e encaminhado à GESAD. Com base nas informações da vistoria, a Extragran Mineração Ltda. foi classificada como uma mina paralisada. Em pesquisa no Sistema Integrado de Informação Ambiental – Siam foi observado que esta empresa possui uma AAF no Proc. COPAM 22103/2005/002/2010 para o DNPM 830330/2002, vencida em outubro de 2014.

Não foi localizado nenhum documento sobre informações quanto à paralisação das atividades estando por isso, com pendências no atendimento da DN 127/2008. Esta DN estabelece procedimentos para que o empreendedor notifique o órgão ambiental sobre sua condição de paralisação da atividade; ainda que temporária, por meio de relatório circunstanciado.

#### EXTRAGRAN MINERAÇÃO LTDA

Rua DR. FRANCISCO ALVARES DE ASSIS, 526 - Bairro: Retiro  
Juiz de Fora - MG  
CEP: 36073-130



Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves  
Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Prédio Minas – 1º andar, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – MG - CEP: 31630-900.  
Telefones Gesad: 3915-1440 / 1242 / 1501 - Email [Gesad@meioambiente.mg.gov.br](mailto:Gesad@meioambiente.mg.gov.br) - [www.meioambiente.mg.gov.br](http://www.meioambiente.mg.gov.br)





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Diretoria de Gestão da Qualidade e Monitoramento Ambiental - DGQA  
Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas - GESAD

A não entrega do Relatório de Paralisação quando o empreendedor paralisar suas atividades ou do Plano Ambiental de Fechamento quando do encerramento da atividade no Estado de Minas Gerais serão passíveis de Sanções. Considerando que a partir deste ofício, o empreendedor está ciente das exigências da DN 127/2008, sempre que houver interrupção das atividades minerárias, independente dos motivos, em quaisquer de suas poligonais do DNPM dentro de Minas Gerais, deve ser apresentado o Relatório de Paralisação.

Diante do exposto, vimos solicitar que o responsável legal pela empresa supracitada e por outras áreas minerárias que porventura estejam paralisadas dentro de Minas Gerais, envie à GESAD/FEAM **no prazo de 40 dias**, contados do recebimento deste ofício, Relatório Circunstanciado de Paralisação de acordo com o previsto no Art.7º da DN 127/2008.

O Relatório de Paralisação deverá ser elaborado com base no modelo em anexo. O documento elaborado deve conter todas as informações solicitadas no modelo em anexo com o respectivo relatório fotográfico. O modelo em formato digital pode ser baixado através do link: <https://drive.google.com/file/d/0B0JI5--lbLRMY2V0U2M5UWk2TDQ/view?usp=sharing>

Vale ressaltar que o não cumprimento das exigências deste ofício por parte do empreendimento, acarretará em sanções fundamentadas no descumprimento da Deliberação Normativa nº 127/2008 do COPAM e do Decreto Estadual nº 44.844 de 25 de junho de 2008.

Atenciosamente,

**ORIGINAL ASSINADO**

Patrícia Rocha Maciel Fernandes  
Gerente da Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH



feam



**CHECK LIST PARA VISTORIA – PROJETO RECONVERSÃO DE TERRITÓRIO  
AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO FECHAMENTO DE MINA NO ESTADO DE MG**

Anexo ao  
☐ Auto de Fiscalização nº / ☐ Relatório de Vistoria nº / ☐ BO Simplificado nº 540395/2015

**1. EMPREENDIMENTO** \*(Quando possível identificar o empreendedor) Data da vistoria: 27/03/2015

Razão social: EXTRAGAN MINERAÇÃO LTDA

Nome Fantasia:

Endereço (Rua/Av., nº, Bairro): FAZ. SÃO SEBASTIÃO - DIST. SÃO VICENTE DA ESTRELA Município: PAUL SOARES - MG

CNPJ: 08.780.953/0001-21 Processo COPAM nº: DNPM: 830330/2002

E-mail: BRAITALIA@wtmexil.com CEP: Tel./Fax: 32.3217.9969

Responsável legal pelo empreendimento: RUI DE MATOS SILVA Responsável pelas informações (nome / cargo): JOSÉLIO DINHOS / OPERADOR DE MÁQUINA

Empreendimento localizado em: ☒ Zona Rural ☐ Zona Urbana (ou expansão urbana)

**2 – INFORMAÇÕES DA ÁREA**

Referência do local ou Como Chegar: MG 329 KM 60 - PAUL SOARES Sentido Bom Jesus do Galho - ENTRAR NO TREVO SENTIDO SÃO VICENTE DA ESTRELA SEGUIR 5 KM.

Os acessos estão em boas condições: ☒ Sim ☐ Não Necessidade de veículo Tracionado: ☐ Sim ☒ Não

Condições da estrada de acesso: (ex: estrada de terra, estrada de cascalho, estrada esburacada)

Geográficas	DATUM <input checked="" type="checkbox"/> SAD 69 <input type="checkbox"/> Córrego Alegre	Latitude			Longitude			
		Graus	Minutos	Segundos	Graus	Minutos	Segundos	
		19	58	59,9	42	26	39,1	
Planas UTM	FUSO 22 23 24	X=	(6 dígitos)			Y=	(7 dígitos)	

Área aproximada: 14 ha É importante quantificar ainda que visualmente a percepção da área que está interligada com o impacto visual. É uma medida subjetiva e será verificada no futuro. (ex.: equivale a 10.000m² = 1ha - 1 campo de futebol)

Há comunidades no entorno da área: Sim ☐ Não ☒

Se sim, favor perguntar, quando possível... Quanto tempo não há atividade no local: há 3 anos

Nome da empresa ou pessoa que atuou na área:

Há no local? Lixo / entulho: ☒ Sim ☐ Não Sucata: ☒ Sim ☐ Não

Há edificações na área ocupada por terceiros: ☐ Sim ☒ Não

Há tanques abandonados no local? ☐ Sim ☒ Não

Se sim, condições de disposição dos tanques: ☐ Área impermeabilizada/cimentada ☐ Subterrâneos ☐ Solo sem impermeabilização

☐ Outra forma:

Há processo erosivo? ☐ Sim ☒ Não

☐ erosões insignificantes ☐ processo erosivo médio ☐ processo erosivo intenso

Foi implantada cobertura vegetal nos taludes já finalizados ☐ Não ☐ Sim

**3. INFORMAÇÃO SOBRE CURSOS D'ÁGUA NO LOCAL**

☐ Curso d'água/Nome: NÃO

☐ Nascente ☐ Poço Tubular ☐ Poço manual ☐ Rede Pública ☐ Outros (quais?):

Há assoreamento em curso d'água? ☐ Sim ☒ Não

Há barramento de curso d'água: ☐ Sim ☒ Não

Há lagos ou bacias escavadas no solo com retenção de água: ☐ Sim ☒ Não

**4. INFORMAÇÕES SOBRE A LAVRA (Pode ser marcada mais de uma opção)**

Tipo de lavra executado no local:

☒ Lavra à céu aberto em encosta ☐ Lavra à céu aberto em cava ☐ Lavra subterrânea

☐ Lavra em aluvião no leito de curso de água ☐ Lavra em aluvião fora do curso de água

☐ Área de Garimpo Ativa ☐ Área de Garimpo Inativa

☐ Havia pessoas em atividade no local ou indícios de que houve atividade recente para extração mineral ou pesquisa. (utensílios ou equipamentos: enxadas, picaretas, bateia, draga, etc. alojamento precário)

Facultativo citar:

Cidade Administrativa Tancredo Neves - SISEMA / FEAM / DGQA / GESAD – Gerência de Qualidade do Solo e Áreas Degradadas  
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº - Edifício Minas - 1º andar - Bairro Serra Verde - Cep: 31620-900 - Belo Horizonte / MG  
Telefone: 3915-1491 / 1440 / 1242 / 1442 / 1107 / 1501 – email: gesad@meioambiente.mg.gov.br - www.meioambiente.mg.gov.br





**CHECK LIST PARA VISTORIA – PROJETO RECONVERSÃO DE TERRITÓRIO**  
**AValiação DA EFETIVIDADE DO FECHAMENTO DE MINA NO ESTADO DE MG**

**5. Área de Preservação Permanente**

As edificações e/ou instalações deixadas na área, tais como frente de lavra, pilha de estéril, estradas, etc, está ocupando Área de Preservação Permanente - APP ☐ Sim ☒ Não

Houve supressão de vegetação ou Desmate recente: ☐ Sim ☒ Não

Há presença de cavidades naturais no terreno ou proximidades (até 1km) ? ☐ Sim ☒ Não (cavernas, grutas)

Há material disposto irregularmente disperso sobre vegetação ☐ Sim ☒ Não

Há utensílio (galões, lixo, pneus, embalagens de produtos químicos) disposto sobre APP ☐ Sim ☒ Não

**6. Unidade de apoio / equipamento/ estrutura no Local - Há abandono de alguma dessas unidades abaixo:**

☐ Oficinas ☐ Posto de Combustível ☐ Pátio de Resíduo ☐ Escritório ☐ Alojamento ☐ Pátio de Resíduo

☐ Estradas/Acessos/Ferrovias em más condições

☐ Outros (citar):

Há instalação de beneficiamento no empreendimento ☐ Sim ☒ Não (britadores, silos de armazenamento, usina)

Condições: ☐ novas instalações ☐ danificadas, mas usáveis ☐ depredadas ☐ sucateadas ☐ abandonadas

Há pilha de estéril no terreno: ☐ Sim ☒ Não

Há barragem com disposição de rejeitos ou diques: ☐ Sim ☒ Não

☐ **NENHUM** Equipamento ou estrutura no local.

Foi constatado carreamento de sedimentos ou de material particulado para as drenagens naturais ☐ Sim ☒ Não

Há processo erosivo? ☐ Sim ☒ Não

Se sim, ☐ Erosões insignificantes (pequenas rachaduras ou pequenos sulcos no solo)

☐ Processo erosivo médio (ravinas – rachaduras em profundidade e extensão maiores que 1m)

☐ Processo erosivo intenso (grandes voçorocas)

**7. Condições de Segurança para Atividade Quanto a Riscos de Terceiros na Área.**

☐ Bloqueio de todos os acessos à mina e, quando necessário, manutenção de vigilância do empreendimento de modo a evitar incidentes e acidentes com pessoas e animais e garantir a integridade patrimonial;

☐ Proteção dos limites da propriedade mineira ou cercamento de alguma área no empreendimento.

☐ Desativação dos sistemas elétricos

☐ Há Sinalização, placas de identificação do empreendimento, advertência, segurança ou proteção nas áreas de mineração.

☐ Outros (Citar):

A área em que ocorreu a vistoria se enquadra em qual perfil:

☒ **Área Paralisada:** mina que não teve produção no ano base, ainda que tenham sido realizados trabalhos de manutenção nas frentes de lavra (Ministério Minas e Energia).

☐ **Área Abandonada:** mina com as atividades paralisadas, sem previsão de reinício de produção, sem medidas de controle ou monitoramento ambiental, caracterizando o abandono do empreendimento, no qual o processo de fechamento está incompleto ou ausente. (DN 127/2008)

**8. Observações Adicionais (SUGESTÕES OU CRÍTICAS TAMBÉM PODEM SER ENVIADAS PARA OS EMAIS CONSTANTES NO RODAPÉ DA PAG.)**

*Foi encontrado no local um TRATOR DE ESTEIRA, aparentemente abandonado, além de onze FILTROS DE Óleo descartados na área do empreendimento.*

**Responsáveis pela vistoria e preenchimento do Check List**

01. Servidor (Nome Legível)

*Fernando Antonio Tanoti Pereira*

MA SP / Matric.

*123955-7*

Assinatura

*Fernando*

Órgão ☐ FEAM ☐ IEF ☐ IGAM ☒ PMMamb ☐ SEMAD

☐ Outro Órgão:

02. Servidor (Nome Legível)

*Nelson Gonçalves Elias*

MA SP / Matric.

*125546-2*

Assinatura

*Nelson*

Órgão ☐ FEAM ☐ IEF ☐ IGAM ☐ PMMamb ☐ SEMAD

☐ Outro Órgão:

03. Servidor (Nome Legível)

MA SP / Matric.

Assinatura

Órgão ☐ FEAM ☐ IEF ☐ IGAM ☐ PMMamb ☐ SEMAD

☐ Outro Órgão:

Favor enviar fotos da área para um dos emails – [lorrana.silva@meioambiente.mg.gov.br](mailto:lorrana.silva@meioambiente.mg.gov.br); [sueli.ferreira@meioambiente.mg.gov.br](mailto:sueli.ferreira@meioambiente.mg.gov.br);





CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR

Nº 2015-RAT-0004145641

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Fl. 1/1

## DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

DATA/HORA DO INICIO: 27/03/2015 09:05 DATA/HORA DO TÉRMINO: 27/03/2015 10:00  
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: 4 GP MAMB/5 PEL PM MAT/12 CIA PM IND MAT (M3998)  
NATUREZA: FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE MINERARIA (Y14004)  
ALVO DO EVENTO: PEDREIRA (0813)  
DESCRIÇÃO DO LUGAR: PEDREIRA (0813)  
NOME DA OPERAÇÃO: FISCALIZAÇÃO ATIVIDADES MINERARIAS  
LOCAL DO FATO: FAZENDA SÃO SEBASTIÃO No. S/N, ZONA RURAL - RAUL SOARES / MG  
PONTO DE REFERÊNCIA: SENTIDO SÃO VICENTE DA ESTRELA  
TIPO DE LOCAL: VIA VICINAL (0600)

RECURSOS NA VIATURA  
HMH0615 / PMMG13523 / CAMINHONET

HIPOTECADO: NÃO MATRÍCULA: 1255462 CARGO: CABO  
NOME: NILSON GONCALVES DIAS  
UNIDADE: 4 GP MAMB/5 PEL PM MAT/12 CIA PM IND MAT (M3998)  
HIPOTECADO: NÃO MATRÍCULA: 1239557 CARGO: 1 SARGENTO  
NOME: FERNANDO ANTONIO ZANOTI MEIRA  
UNIDADE: 4 GP MAMB/5 PEL PM MAT/12 CIA PM IND MAT (M3998)

## PRODUTIVIDADE

REGISTROS REDS GERADOS EM FUNÇÃO DESTA ATIVIDADE:

XXXXXXX

REGISTROS BOS GERADOS EM FUNÇÃO DESTA ATIVIDADE:

XXXXXXX

PRODUTIVIDADE CALCULADA AUTOMATICAMENTE A PARTIR DE DADOS REGISTRADOS NOS REGISTROS  
REDS

Materiais e Armas Brancas Apreendidas

Cheques e Cartões Apreendidos

Veiculos Apreendidos

Pessoas Presas/Apreendidas

Armas de Fogo Apreendidas/Recolhidas/ Recuperadas

## PRODUTIVIDADE PREENCHIDA MANUALMENTE PELO RELATOR

Geral

## HISTÓRICO

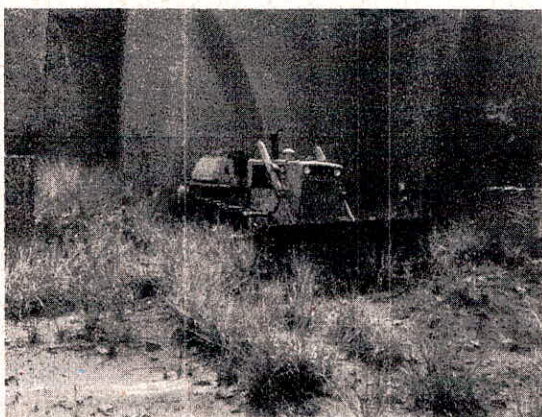
ATENDENDO O PROJETO ESTRATÉGICO "RECONVERSÃO DE TERRITÓRIOS" DESENVOLVIDO PELA GESAD/FEAM, QUE VISA AVALIAR RELAÇÃO DE TERRITÓRIOS EXISTENTES COM A MINERAÇÃO, COM ESPECIAL INTERESSE NA SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE E NA GESTÃO PÓS-ENCERRAMENTO DA ATIVIDADE, REALIZAMOS FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE MINERARIAS NO EMPREENDIMENTO, EXTRAGAN MINERAÇÃO LTDA, CNPJ 08.780.953/0001-21, CITO FAZENDA SÃO SEBASTIÃO, ZONA RURAL DE RAUL SOARES, SENDO QUE IN LOCO FICOU COMPROVADO QUE AS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO ESTÃO ENCERRADAS; OBSERVA-SE AINDA QUE, EXISTE O ABANDONO DE UMA MÁQUINA E 11 FILTROS (USADOS) DE ÓLEO. SEGUE ANEXO A ESTE, O CHECK LIST DE VISTORIA E RELATÓRIO FOTOGRÁFICO.

BOS 540395  
Latitude: 19°58'59,9"  
Longitude: 42°26'39,1"

DIGITADOR: 1255462

GERADO POR: PM125546  
27/03/15 15:37



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR****BOLETIM DE OCORRÊNCIA****BO Nº 540395/2015****FOLHA COMPLEMENTAR - ANEXO FOTOGRÁFICO****DATA: 27/03/2015****DADOS DA OCORRÊNCIA****LOCAL (AV., RUA, ETC)**  
Fazenda São Sebastião**BAIRRO/ VILA**  
Zona rural**MUNICÍPIO/ UF**  
Raul Soares/MG**LATITUDE**  
19° 58' 59.9"**LONGITUDE**  
42° 26' 39.1"**ANEXO FOTOGRÁFICO****FOTO 01: Vista panorâmica da intervenção****FOTO 02: Vista do antigo pátio****FOTO 03: pátio****FOTO 04: pátio****FOTO 05: máquina abandonada****FOTO 06: vista de paralisação atividade****RELATOR DA OCORRÊNCIA****UNIDADE/ SETOR****4º Gp/ 5º Pel M Amb/ 12ª Cia PM Ind MAT****CARGO / MATRÍCULA****1º Sgt PM - Nº 123.955-7****CARGO / MATRÍCULA****Cb PM - Nº 125.546-2****NOME COMPLETO DOS VISTORIADORES****Fernando Antonio Zanoti Meira****Nilson Gonçalves Dias****ASSINATURA****ASSINATURA**





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Diretoria de Gestão da Qualidade e Monitoramento Ambiental - DGQA  
Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas - GESAD



OF.GESAD.DGQA.FEAM.SISEMA nº 46/2017

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2017.

Referência: Encaminhamento de Auto de Infração - AI 96993/2017

Processo Técnico: 22103/2005

DNPM: 830330/2002

Encaminhamos o Auto de Infração – AI 96993/2017 de 23/01/2017 (anexo), em decorrência do não cumprimento da Deliberação Normativa nº 127/2008. O verso do AI tem instruções para a defesa do mesmo, que deve ser realizada em até 20 dias.

Com base na constatação de extração mineral inativa foi solicitado encaminhamento de relatório circunstanciado, pelo Ofício GESAD nº 478/2016 (anexo) conforme estabelecido na DN Nº 127/2008. O AI referido acima se deu em função da vistoria da Polícia Ambiental, Boletim de Ocorrência – **BO 4145641/2015** de 27/03/2015 (cópia anexa).

Foi confirmado pelo Correio o recebimento do Ofício GESAD nº 478/2016 na data de 25/11/2016 pelo empreendedor. O prazo de vencimento da solicitação terminou em 04/01/2017. Não recebemos o relatório circunstanciado nem pedido de prorrogação, ou um contato do empreendedor com questionamento ou justificativa para não atender o solicitado. Também não consta nos processos do SIAM nenhum documento protocolado pelo empreendedor após o solicitado que possa supor se tratar dos documentos acima.

Nos termos da Legislação Ambiental vigente, **o autuado dispõe do prazo de 20 dias**, contados a partir do recebimento do Auto de Infração, para apresentar defesa ao Núcleo de Auto de Infração (NAI) em nome do Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM no endereço citado no rodapé deste ofício.

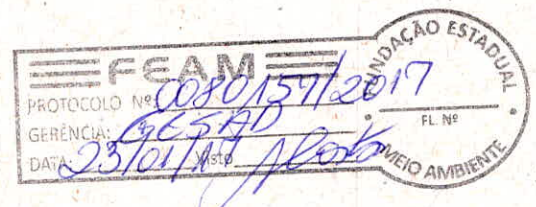
Atenciosamente,

  
Patrícia Rocha Maciel Fernandes

Gerente da Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas


**EXTRAGRAN MINERAÇÃO LTDA**

Rua DR. FRANCISCO ALVARES DE ASSIS, 526 - Bairro: Retiro  
Juiz de Fora - MG  
CEP: 36073-130




Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves  
Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Prédio Minas – 1º andar, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – MG - CEP: 31630-900.  
Telefones Gesad: 3915-1440 / 1242 / 1501 - Email [Gesad@meioambiente.mg.gov.br](mailto:Gesad@meioambiente.mg.gov.br) - [www.meioambiente.mg.gov.br](http://www.meioambiente.mg.gov.br)

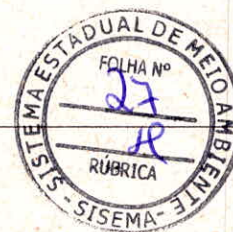


		<b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b> SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH				<b>1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 96993 / 2017</b> <b>Lavrado em Substituição ao AI nº:</b> / Vinculado ao: <input type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº <input checked="" type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº: 4145641 de 27/03/2015						
		<b>2. Auto de Infração possui folha de continuação?</b> <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO										
<b>3. Órgão Responsável pela lavratura:</b> <input checked="" type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> SGRAI <input type="checkbox"/> SUCFIS <input type="checkbox"/> PMMG		Local: <b>Belo Horizonte</b> Dia: <b>23 / 01</b> / 2017 Hora: <b>8 :30</b>										
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento: <b>EXTRAGRAN MINERAÇÃO LTDA</b>											
	Data Nascimento: _____					Nome da Mãe: _____						
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: <b>08780953/0001-21</b>					<input type="checkbox"/> Outros: _____						
	Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) <b>Rua Dr Francisco Álvares de Assis</b>							Nº. / km: <b>526</b>		Complemento: _____		
	Bairro/Logradouro: <b>Retiro</b>					Município: <b>Juiz de Fora</b>			UF: <b>MG</b>			
CEP: <b>36.073-130</b>		Cx Postal: _____		Fone: ( ) _____		E-mail: _____						
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis		Nome do 1º envolvido: _____				<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: _____		Vínculo com o AI Nº: _____				
		Nome do 2º envolvido: _____				<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: _____		Vínculo com o AI Nº: _____				
6. Descrição Infração		<b>1. Descumprir deliberação normativa 127/2008. Não enviou relatório circunstanciado de paralisação para mineração com DNPm 800330/2002. Também solicitado pelo Ofício Gerad 478/2016, e não respondido.</b>										
7. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM:		Latitude:		Longitude:				
		<input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		<input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Grau <b>19</b> Min <b>58</b> Seg <b>59</b>		Grau <b>42</b> Min <b>26</b> Seg <b>39</b>				
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		X= _____ (6 dígitos)		Y= _____ (7 dígitos)				
8. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
		<b>83</b>	<b>1</b>	<b>116</b>			<b>44844/08</b>	<b>1112/80</b>				
9. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes					
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento	
10. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica										
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade				Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total	
		<b>J</b>	<b>P</b>	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				<b>17943,52</b>			<b>17943,52</b>	
		ERP:		Kg de pescado: _____		Valor ERP por Kg: R\$ _____		Total: R\$ _____				
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$: _____										
		Valor total das multas: <b>17943,52</b> (Dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos)										
		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ _____										
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações												
13. Depositário		Nome Completo: _____						<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____ <input type="checkbox"/> RG: _____				
		Endereço: Rua, Avenida, etc. _____						Nº / km: _____				
		Bairro / Logradouro : _____						Município : _____				
		UF: _____		CEP: _____		Fone: _____		Assinatura: _____				
O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA <b>FEAM</b> , NO SEGUINTE ENDEREÇO: <b>Rod. Papa João XXIII, nº 4143 - Prédio Minas - Pádua - B. Serra Verde - BH MG 31.630-900 CIDADE ADMINISTRATIVA -</b>												
14. Assinaturas		01. Servidor: (Nome Legível)				MAASP: <b>1149883.9</b>		Assinatura do servidor: <b>[Assinatura]</b>				
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)				Função/Vínculo com Autuado: _____		Assinatura do Autuado/Representante Legal: <b>[Assinatura]</b>				



 <b>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b> SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH		<b>1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 96993 / 2017</b> <b>Lavrado em Substituição ao AI nº: /</b>									
		Vinculado ao: <input type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº <input checked="" type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº: 4145641 de 27/03/2015									
<b>3. Órgão Responsável pela lavratura:</b> <input checked="" type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> SGRAI <input type="checkbox"/> SUCFIS <input type="checkbox"/> PMMG		<b>2. Auto de Infração possui folha de continuação?</b> <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Local: Belo Horizonte Dia: 23 / 01 / 2017 Hora: 8:30									
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento: EXTRAGRAM MINERAÇÃO LTDA										
	Data Nascimento: _____ Nome da Mãe: _____										
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 08780953/0001-21 <input type="checkbox"/> Outros: _____										
	Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) Rua Dr. Francisco Álvares de Assis Nº. / km: 526 Complemento: _____										
	Bairro/Logradouro: Retiro Município: Juiz de Fora UF: MG										
CEP: 36.073-130 Cx Postal: _____ Fone: ( ) _____ E-mail: _____											
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido: _____		<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: _____	Vínculo com o AI Nº: _____							
	Nome do 2º envolvido: _____		<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: _____	Vínculo com o AI Nº: _____							
6. Descrição Infração	1. Descumprir deliberação normativa 127/2008. Não enviou relatório circunstanciado de paralisação para mineração com DNPm 800330/2002. Também solicitado pelo Ofício Gerad 478/2016, e não respondido.										
7. Coordenadas da Infração	Geográficas: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: Grau 19 Min 58 Seg 59 Longitude: Grau 42 Min 26 Seg 39								
	Planas: UTM FUSO 22 23 24		X= _____ (6 dígitos) Y= _____ (7 dígitos)								
8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
	83	1	116			44844/08	1112/80				
9. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes					Agravantes					
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento	
10. Reincidência <input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica											
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade				Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total	
	J	P	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				17943,52			17943,52	
	ERP:		Kg de pescado: _____				Valor ERP por Kg: R\$ _____		Total: R\$ _____		
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$: _____										
	Valor total das multas: 17943,52 (Dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos)										
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ _____											
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações											
13. Depositário	Nome Completo: _____						<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____ <input type="checkbox"/> RG: _____				
	Endereço: Rua, Avenida, etc. _____						Nº / km:	Bairro / Logradouro :	Município :		
	UF:	CEP:	Fone: _____				Assinatura: _____				
O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA FEAM, NO SEGUINTE ENDEREÇO: Rod. Papa João XXIII, nº 4143 - Prédio Minas - Pádua - B. Serra Verde - BH MG 31.630-900 CIDADE ADMINISTRATIVA -											
14. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível) MASP: 1149883.9 Assinatura do servidor: _____										
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) _____ Função/Vínculo com Autuado: _____ Assinatura do Autuado/Representante Legal: _____										





**PROCESSO Nº: 463461/2017**

**ASSUNTO: AI Nº 96993/2017**

**INTERESSADO: EXTRAGRAN MINERAÇÃO LTDA.**

### **ANÁLISE Nº 14/2022**

O empreendimento foi autuado pela prática da infração tipificada no art. 83, anexo I, código 116, do Decreto nº 44.844/2008, nestes termos:

*“Descumprir Deliberação Normativa 127/2008. Não enviou relatório circunstanciado de paralisação para mineração com DNPM 830330/2002. Também solicitado pelo ofício Gesad 478/2016, e não respondido.*

Foi aplicada multa simples de **R\$ 17.943, 52 (dezesete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).**

A defesa foi apresentada tempestivamente às fls. 11/12, razão pela qual passa-se a análise do mérito; ressaltando-se o disposto no art. 63 do Decreto nº 47.383/2018, que autoriza a autoridade competente, a seu critério, adentrar ao mérito mesmo que não atendidos requisitos formais da defesa.

O autuado alegou, em suma:

- Não ter tomado conhecimento do Ofício nº 478/2016;
- que assim que a guia de utilização fosse apreciada pelo DNPM, encaminharia novo pedido de AAF à Supram;
- que a paralisação temporária pode ser bem caracterizada pela presença do trator de esteiras, mantida no local para controle de processos erosivos.





Destarte, passamos à análise da peça defensiva, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa.

Inicialmente, cumpre ressaltar, que o empreendimento autuado não apresentou motivos ou provas capazes de afastar a autuação.

Ora, é consabido que as afirmações do agente público fiscalizador possuem presunção “*juris tantum*” de legitimidade e veracidade em razão da fé pública que lhe é atribuída pelo ordenamento jurídico vigente. Isso significa que os atos administrativos são presumidamente legítimos, legais e verdadeiros, admitindo-se, entretanto, prova em sentido contrário, ônus que, na hipótese em questão, seria do autuado e não do órgão ambiental. A presunção de veracidade é o atributo do ato administrativo que diz respeito aos fatos, e, em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública. Neste sentido são as palavras do ilustre doutrinador José dos Santos Carvalho Filho:

*“Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as devidas normas legais, com bem anota DIEZ. Essa característica não depende de lei expressa, mas deflui da própria natureza do ato administrativo, como ato emanado de agente integrante da estrutura do Estado.*

*Vários são os fundamentos dados a essa característica. O fundamento precípuo, no entanto, reside na circunstância de que se cuida de atos emanados de agentes detentores de parcela do Poder Público, imbuídos, como é natural, do objetivo de alcançar o interesse público que lhes compete proteger. Desse modo, inconcebível seria admitir que não tivessem a aura de legitimidade, permitindo-se que a todo o momento sofressem algum entrave oposto por pessoas de interesses contrários. Por esse motivo é que se há de supor presumivelmente estão em conformidades com a lei.”* (grifo nosso). (Manual de Direito





Administrativo. FILHO, José dos Santos Carvalho, Livraria Editora Lumen Juris Ltda, 17ª ed. 2007, pag. 111).

Dessa forma, a Administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu, cabendo ao destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima; o que, frisa-se, não ocorreu nos autos.

Ao revés, em todo o tempo confessa a infração na medida em que pede novo prazo de apresentação do relatório de paralisação, confirma o vencimento da AAF e afirma que um trator de esteiras permanece no local para controle erosivo da mina paralisada.

Em síntese, somente se reserva a dizer que não recebeu de fato o Ofício nº 478/2016, em que pese ter sido entregue no seu endereço; contudo, a alegação não merece prosperar.

Isso porque, além de ter sido entregue no endereço da empresa, mesmo que assim não tivesse ocorrido, restaria mantida a obrigação de observância da norma prevista na Deliberação Normativa COPAM nº 127/2008, vigente à época da lavratura do auto de infração, *“in verbis”*:

*“Art. 7º O responsável por empreendimento que vier a paralisar suas atividades de forma temporária, em consequência de fatos fortuitos, desastres naturais, impedimentos técnicos, problemas de ordem econômica ou decisões judiciais, deverá comunicar o fato ao órgão ambiental e apresentar um relatório circunstanciado sobre as condições da mina, contemplando:*

*I - a descrição da situação atual da área, com ênfase nos aspectos físicos e biológicos;*





*II - a definição das ações que serão executadas durante a paralisação do empreendimento visando à manutenção das condições de segurança da área minerada e das estruturas existentes, a continuidade da reabilitação ambiental, a definição de parâmetros e frequência para o monitoramento;*

*III - o cronograma de implantação das ações;*

*IV - estimativa de custos de execução das ações;*

*V - a previsão de retomada da atividade minerária.*

*§ 1º O prazo para protocolização do relatório não deve ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da paralisação da atividade.*

*§ 2º A retomada da atividade minerária temporariamente paralisada deverá ser previamente comunicada ao órgão ambiental.”*

E, nesse sentido, é consabido que no Direito Brasileiro não se admite arguição de desconhecimento de lei, como muito bem sedimentado no art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, “*in verbis*”:

*“Art. 3º. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.”*

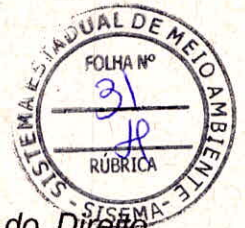
Assim, interpretando à risca o art. 3º da norma supracitada, extrai-se que, depois de publicada, a norma passa a ser obrigatória para toda a coletividade e ninguém poderá furtar-se de seu cumprimento, mesmo sob a alegação de erro ou ignorância, ou seja, mesmo sob a alegação de desconhecimento. É o entende o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

**“AÇÃO ANULATÓRIA - MULTA - ALEGAÇÃO DE  
DESCONHECIMENTO DA LEI - IMPOSSIBILIDADE.**





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM  
Gabinete  
Núcleo de Autos de Infração



- Nos termos do art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- Em Direito Ambiental a multa tem caráter não apenas punitivo, mas também repressivo e educativo, não se recomendando a revogação da multa aplicada a não ser que haja fundamentos legais e concretos para tanto - não sendo esta a hipótese em exame.” (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Apelação Cível 1.0702.07.398887-6/001. Relator: Des. Wander Marotta, Julgamento em 28/06/2012, publicação da súmula em 22/07/2011)

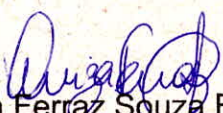
Nesse diapasão, uma vez inobservado o teor da Deliberação Normativa COPAM nº 127, de 27 de novembro de 2008, correta e legal a caracterização da infração tipificada no art. 83, anexo I, código 116, do Decreto nº 44.844/2008.

Ante o exposto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM para manutenção do auto de infração e da multa aplicada no valor de **R\$ 17.943, 52 (dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos)**, em consonância com o art. 83, anexo I, código 116, do Decreto nº 44.844/2008.

Fica dispensada a análise jurídica da Procuradoria da FEAM, conforme revogação do inciso V, do art. 13, do Decreto nº 45.825/2011 e Parecer Jurídico da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais nº 15.507/2015.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2021.

  
Luiza Ferraz Souza Frisancho  
Analista Jurídico

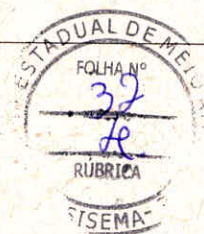




**PROCESSO Nº: 463461/2017**

**ASSUNTO: AI Nº 96993/2017**

**INTERESSADO: EXTRAGRAN MINERAÇÃO LTDA.**



O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C § 1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980 e análise, decide manter a penalidade de multa simples no valor de **R\$ 17.943,52 (dezesete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos)**, em consonância com o art. 83, anexo I, código 116, do Decreto nº 44.844/2008.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso ou efetuar pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado. Dê ciência ao interessado na forma da lei. Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2022

  
**RENATO TEIXEIRA BRANDÃO**  
Presidente da FEAM



**ILMO. SR. DIRETOR DO NÚCLEO DE AUTO DE INFRAÇÃO DA SUPRAM  
DA ZONA DA MATA NO ESTADO DE MINAS GERAIS**



**Auto de Infração nº 96993/2017**

**Ofício: NAI/DCP/SUPRAM ZM nº: 168/2022**

**Assunto: Emenda da Defesa**

**Nome do Autuado: EXTRAGRAN MINERAÇÃO LTDA.**

**CNPJ do Autuado nº: 08.780.953/0001-21**

EXTRAGRAN MINERAÇÃO LTDA., CNPJ nº 08.780.953/0001-21, com sede na Fazenda Reunidas de São Sebastião, S/N, Zona Rural, Raul Soares / MG, CEP 35.355-000, por intermédio de seu representante legal infrafirmado, afim de recorrer ao auto de infração transmitido no ofício supra citado, vem, respeitosamente, no prazo legal, apresentar este documento, pelos motivos de fato e de direito que se seguem:

### **I – OS FATOS**

Foi recepcionado pela empresa, no endereço de correspondência indicado, via AR no dia 13/04/2022 (quarta-feira), o referido ofício, com a comunicação de que a FEAM examinou o processo Administrativo COPAM/PA/Nº 463461/2017, referente ao Auto de Infração nº 96993/2017, tendo decidido pela manutenção do mesmo: *“manter a penalidade de multa simples aplicada no valor de R\$ 17.943,52 (dezesete mil, novecentos e quarenta reais e três reais e cinquenta centavos e dois centavos), em consonância com o art. 83, anexo I, código 116, do Decreto nº 44.844/2008 e nos termos da análise jurídica”*.

### **II - O DIREITO**

#### **II. 1 - PRELIMINAR**

Enfatiza-se que a autuação se deu sob a seguinte descrição: *“Descumprir DN 127/2008, não enviando o relatório circunstanciado de paralisação para a mineração do DNPM 830.330/2002, baseando-se no informado no BO4145641/2015, também tendo solicitado pelo ofício GESAD 478/2016, não respondido”*.

Pois bem, a ditada autuação nasceu a partir do OF.GESAD.DGQA.FEAM.SISEMA nº 393/2016, de 30/09/2016, pelo qual foram abordadas 400 minas, ativas, paralisadas e abandonadas.

#### **II. 2 - MÉRITO**

O recorrente manifesta que seu empreendimento, não estava em desatenção a normativa quando no ato da vistoria, mas sim em estágio de “renovação” dos títulos de regularidade do qual era detentor, motivo pelo qual não poderia estar operando, contudo cercado-se das medidas mitigadoras necessárias para manutenção da área, não julgando necessário a adoção de PRAD, tampouco PAFEM.

Contudo está não foi à interpretação dos técnicos fiscalizadores, que em rápida passagem, sub-julgaram de maneira precipitada, que o local estaria supostamente “abandonado” ou “paralisado”, gerando um relatório genérico do ocorrido, não tendo se atentado a este caso, uma vez que os trabalhos estavam apenas suspensos por curto período, até que fosse regularizada a situação da empresa, fato que poderia ter sido observado pela presença das estruturas e equipamentos alocados na mina a época.



Na esteira verídica dessas informações, temos ainda que o representante da empresa, em meados de jul/2019, se apresentou ao batalhão da Polícia Ambiental de Raul Soares e também ao Promotor de Justiça da Comarca, que na oportunidade expediu o ofício nº 773/PJRS/2019 em atenção ao Inquérito Civil nº MPMG-0540.19.000065-8, em anexo, que sanou, na oportunidade, de forma esclarecedora e definitiva os eventos, não restando dúvidas que a empresa não estava paralisada e/ou abandonada.

Ademais, em momento algum, adotou comportamento omissivo ou de desatenção quanto ao cumprimento das etapas de manutenção processual.

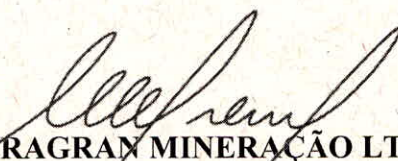
Ciente que é certo que este Órgão pode perfeitamente utilizar-se de seu poder discricionário, que se dirige pela própria vontade do agente público, com base em nosso ordenamento jurídico, é oportuna a aplicação do disposto nos termos do art.53 da Lei 9.784/99, vejamos: *“Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”*.

### III. 2 - A CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, tem-se como sanada a questão do AI nº 96993/2017.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Raul Soares / MG, 02 de Maio de 2022.

  
**EXTRAGRAN MINERAÇÃO LTDA.**

FLAVIO CORREA

PREMOLI:05766278799

Assinado de forma digital por

FLAVIO CORREA

PREMOLI:05766278799

Dados: 2022.05.03 10:49:28 -03'00'

#### Anexos:

- Cópia do Auto de Infração
- Cópia dos documentos da Recorrente (pessoa jurídica)
- Cópia de todos os documentos que desejar (referentes ao caso concreto).





**Autuado:** Extragran Mineração Ltda.

**Processo nº** 463461/2017

**Referência:** Recurso relativo ao Auto de Infração nº 96993/2017, infração gravíssima, porte pequeno.

**ANÁLISE nº 138/22**

**1) RELATÓRIO**

A sociedade empresária Extragran Mineração Ltda. foi autuada como incurso no artigo 83, Código 116, do Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008, pelo cometimento da seguinte irregularidade:

*1 – Descumprir Deliberação Normativa 127/2008. Não enviou relatório circunstanciado de paralisação para mineração com DNPM 830330/2002. Também solicitado pelo ofício GESAD 478/2016 e não respondido.*

Foi imposta penalidade de multa simples, no valor de R\$ 17.943,52 (dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Apresentou defesa tempestivamente, cujos pedidos foram indeferidos, na consoante decisão de fls. 32.

Notificada regularmente da decisão em 08/04/2022, a Autuada protocolou Recurso tempestivamente em 03/05/2022, no qual alegou sucintamente que:

- não estaria paralisado, mas renovando os títulos de regularidade;
- os trabalhos estariam suspensos, por curto período, até a obtenção da regularização da empresa;
- a empresa não estava paralisada e/ou abandonada, conforme constou do IC MPMG 0540.19.000065-8.

A Recorrente não apresentou pedidos.

É o breve relatório.



## **II) FUNDAMENTAÇÃO**

Os fundamentos fáticos e legais apresentados pela Recorrente, no entanto, não são suficientes para descaracterizar a infração cometida e autorizar a reforma da decisão proferida. Vejamos as razões.

### **II.1. DA AUTUAÇÃO. INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA. REGULARIDADE. MANUTENÇÃO.**

Afirmou a Recorrente, em síntese, que não havia paralisado as atividades, mas suspenso temporariamente, por curto período, até a obtenção da regularização da empresa. Reforça que esta foi a conclusão do IC MPMG nº 0540.19.000065-8.

Todavia, o Recorrente carece de razão.

Obteve em 28/10/2010 a AAF nº 3756/2010, PA 22103/2005/002/2010, com vencimento em 28/10/2014, para a atividade de lavra e extração de granito, A-02-06-4, no DNPM nº 830.330/2005.

O empreendimento foi vistoriado em 27/03/2015 pela PMMG, que lavrou o BO4145641/2015, cujas informações subsidiaram a classificação da mina como paralisada.

Em consulta ao SIAM, não foi localizado nenhum documento por meio do qual o Recorrente tivesse comunicado ao órgão ambiental a paralisação das atividades e entregue o relatório circunstanciado, conforme previsto na DN 127/2008.

Confirmam que a DN 127/2008, que estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de mina, prevê que o órgão ambiental deve ser informado da paralisação das atividades da mina pelo responsável pelo empreendimento, mesmo que tal paralisação seja temporária, como no caso dos autos. Estabelece, ainda, que deve apresentar um relatório circunstanciado com as condições da mina:



**Art. 7º O responsável por empreendimento que vier a paralisar suas atividades de forma temporária, em consequência de fatos fortuitos, desastres naturais, impedimentos técnicos, problemas de ordem econômica ou decisões judiciais, deverá comunicar o fato ao órgão ambiental e apresentar um relatório circunstanciado sobre as condições da mina, contemplando:**

I - a descrição da situação atual da área, com ênfase nos aspectos físicos e biológicos;

II - a definição das ações que serão executadas durante a paralisação do empreendimento visando à manutenção das condições de segurança da área minerada e das estruturas existentes, a continuidade da reabilitação ambiental, a definição de parâmetros e frequência para o monitoramento;

III - o cronograma de implantação das ações;

IV - estimativa de custos de execução das ações;

V - a previsão de retomada da atividade minerária.

SS 1º O prazo para protocolização do relatório não deve ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da paralisação da atividade.

SS 2º A retomada da atividade minerária temporariamente paralisada deverá ser previamente comunicada ao órgão ambiental.

Observo que o Recorrente ainda foi **cientificado das obrigações normativas** relativas à paralisação da atividade e das consequências do descumprimento da legislação, lhe tendo sido concedido prazo de 40 dias para apresentação do relatório, consoante OF. GESAD.DGQA.FEAM.SISEMA nº 478/2016, recebido em 25/11/2016. No entanto, **permaneceu inerte o Recorrente**, configurando-se a infração prevista no artigo 83, Código 116, do Decreto nº 44.844/2008.

Portanto, o Recorrente não ilidiu a infração que lhe foi imputada, razão pela qual se conclui que a aplicação da penalidade cabível é medida imperativa.



Cidade Administrativa - Prédio Minas  
Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG  
CEP: 31.630-900 - Endereço eletrônico: [www.feam.br](http://www.feam.br)

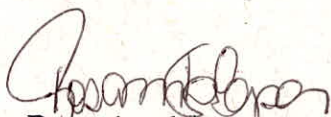


### **III) CONCLUSÃO**

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados pela Recorrente quaisquer argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro que seja **indeferido o recurso interposto e mantida a penalidade de multa**, com fundamento no artigo 83, Anexo I, Código 116, do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2022.



**Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda**

**Analista Ambiental – MASP 1059325-9**